

MUNICÍPIO DE CARMO DO CAJURU
ESTADO DE MINAS GERAIS



EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DOUTOR ADONIAS MONTEIRO DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Referência: Processo nº 1.127.167 – Representação.

Ofício de Intimação: nº 1.069/2023, da Secretaria da 2ª Câmara.

O **MUNICÍPIO DE CARMO DO CAJURU/MG** vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de seus procuradores *in fine* subscritos, em resposta à Intimação nº 1.069/2023, da Secretaria da 2ª Câmara, expor e requerer, em face da abertura de vista do processo supramencionado (Representação nº 1.127.167), o seguinte:

01. Trata-se o processo de representação apresentada por Débora Nogueira da Fonseca Almeida em face do Processo Licitatório nº 204/2020, Tomada de Preços nº 12/2020, deflagrado pelo Município de Carmo do Cajuru/MG, cujo objeto consiste na *“contratação de empresa especializada para a execução de reforma e ampliação do Laboratório Municipal”*.

02. Em resumo, após descrever alguns pontos acerca do certame, a denunciante aduziu que *“em 12/01/2021, a Unidade Regional de Saúde de Divinópolis, órgão ligado ao Governo de Minas Gerais, através da Arquiteta Sonia Pedersane Nunes de Castro, CAU A34900-3, assinou Parecer Técnico de Indeferimento nº 010/21, informando que a obra licitada deveria passar por alguns ajustes, visando atender a critérios técnicos, e dizendo expressamente que ‘as obras não deverão ser iniciadas antes dessa aprovação’”* (grifos também no original). Complementa, por fim, que, supostamente: *“ao contrário do manifestado pela arquiteta acima mencionada, a obra já havia sido licitada e iniciada, inclusive já havia sido realizada a primeira medição com o respectivo pagamento dessa primeira etapa, tudo conforme comprovam documentação anexa, inclusive troca de correspondência eletrônica (e-mail’s) entre o setor de arquitetura/engenharia da Prefeitura de Carmo do Cajuru e a responsável pelo parecer de indeferimento (...)”*.

MUNICÍPIO DE CARMO DO CAJURU
ESTADO DE MINAS GERAIS



03. Destarte, a denunciante ofereceu a Representação em epígrafe, requerendo que fossem adotadas, pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, as providências legais necessárias para a análise e aplicações das penalidades cabíveis diante das eventuais irregularidades identificadas.

04. Sendo assim, o Ilmo. Diretor da 2ª Câmara desta Egrégia Corte de Contas, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 04/2019 – Gabinete do Conselheiro Cláudio Terrão, publicada no Diário Oficial de Contas – DOC – em 25/02/2019, determinou a intimação, por meio eletrônico, do prefeito do Município de Carmo do Cajuru/MG, Sr. Edson de Souza Vilela, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, envie e forneça as informações requeridas no Despacho proferido pela Diretoria de Fiscalização de Matérias Especiais (DFME), quais sejam:

- a) informar a data do envio do projeto básico à Unidade Regional de Saúde de Divinópolis para a devida aprovação, anexando os documentos comprobatórios;
- b) informar se a referida obra, iniciada 24/09/2020 e recebida em definitivo em 01/9/2022, foi executada conforme as determinações constantes do Parecer Técnico de Indeferimento n. 010/2021, exaradas pela Unidade Regional de Saúde de Divinópolis e remetido a esta Prefeitura em 12/01/2021, anexando os documentos comprobatórios;
- c) em consulta ao Sistema de Informações de Serviços de Engenharia e Obras Pública - SISOP-MG, foi observada divergência entre os valores pagos à empresa contratada e o valor estipulado no contrato. Pede-se o detalhamento desses pagamentos, informando o valor de cada medição realizada;
- d) enviar os documentos de execução do contrato, tais com boletins de medição; relatórios fotográficos da obra; termos aditivos e suas justificativas;
- e) enviar o projeto básico da obra;
- f) remeter a este Tribunal de Contas a cópia do Termo de Recebimento Definitivo.

05. Pois bem. A fim de atender integralmente às solicitações de Vossa Excelência, mormente com o intuito de sanar absolutamente todas as dúvidas suscitadas com a profundidade necessária, **tudo diante da complexidade da matéria, da imposição da realização de análises técnicas, assim como da devida organização dos arquivos e**

MUNICÍPIO DE CARMO DO CAJURU
ESTADO DE MINAS GERAIS



documentos pertinentes ao pleito, pugna-se, *permissa maxima venia*, pela dilação do prazo por mais 15 (quinze) dias.

06. Deve-se frisar que não há prejuízo na medida, haja vista que o intuito do pedido é o de cooperar inteiramente com a solução do imbróglio, evitando-se, também, a suspensão de um certame em que se almeja a satisfação de serviços deveras esperados pelos munícipes, tão caros ao desenvolvimento da região.

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Carmo do Cajuru, 14 de fevereiro de 2023.

Aéliton Matos
OAB/MG 176.397

Laryssa Maria Leão Hallak
OAB/MG 181.199

Tiago Fontes Guisoli dos Reis
OAB/MG 139.981